

(RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO LUGAR ENTRE OS POVOS DO CAMPO E INDÍGENAS DE MATO GROSSO COM A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL -EMIEP

Euzemar Fátima Lopes Siqueira¹
Gerson Ribeiro da Rosa²
Sebastião Ferreira de Souza³

Resumo

O Estado de Mato Grosso, vem passando por um processo de transformação em sua paisagem natural, especialmente a partir de 1970 com a implantação de projetos colonizadores. O avanço desse processo, vem impactando as estruturas sociais, culturais e econômicas dos povos do Campo e Indígena. A partir de 2007, foram implantados os Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) nas escolas estaduais. O objetivo desse trabalho foi de identificar o significado desses cursos, como forma de garantir a re (construção) da identidade do lugar diante dessa mudança. A metodologia utilizada foi a de pesquisa social, com a finalidade de compreender o significado da implantação de um curso profissionalizante. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental e levantamentos de dados. Observou-se a importância desses cursos profissionalizantes como forma de garantir a permanência desses jovens nas regiões de origem, novas perspectivas profissionais e resistência a imposição de modelos econômicos que não levam em consideração a tradição e a identidade do lugar.

Palavras-chave: Educação Profissional, Povos do Campo, Povos Indígenas.

Introdução

O Estado de Mato Grosso, vem passando por um processo de transformação em sua paisagem natural, especialmente a partir de 1970 com a implantação de projetos colonizadores, incentivados por políticas governamentais de ocupação desse território. Nesse período foram criados o Programa Nacional de Integração Nacional (PIN), o Proterra e o Prodoeste, como estratégia de inserir Mato Grosso na política de integração nacional. A proposta era incorporar vastas áreas tidas como desocupadas e populações marginalizadas no processo de desenvolvimento do país. A criação desses projetos associados a agropecuária, impulsionou o surgimento de vários municípios atrelados a essa produção econômica. (MORENO, 2005). Assim junto a esse processo de colonização, expandiram-se projetos de agricultura empresarial (agronegócio). Esses caracterizam-se pelo emprego de modernas tecnologias de produção, da

¹ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (gerson.rosa@seduc.mt.gov.br)

² Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (euzemar.siqueira@seduc.mt.gov.br)

³ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (sebastiao@seduc.mt.gov.br)

monocultura em grandes propriedades com fins de exportação. Ao mesmo tempo dessa expansão, constituíram-se junto a esses locais, pequenas comunidades camponesas, com forte tradição de vinculação à terra e de identidade própria. Nestas, a produção ocorre com o uso de técnicas e saberes tradicionais em pequenas propriedades e pela variedade de produtos destinada principalmente ao consumo familiar. Também nesses espaços já habitavam cerca de 43 etnias indígenas, sendo o Estado de Mato Grosso, o segundo em diversidade étnica do país. Cada etnia apresenta uma cosmovisão e percepção própria do lugar que habita. Assim, o avanço desse modelo econômico hegemônico de uso e ocupação da terra, vem impactando sobremaneira o ambiente e afetando diretamente as estruturas sociais, culturais e econômicas desses dois povos distintos, de forma a provocar a supressão da identidade do lugar. A partir de 2007, como proposta de política pública de educação, foram implantados os Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) nas escolas estaduais do Campo e Indígena de Mato Grosso. Ressaltamos que o destaque para os alunos indígena ocorre por ser um segmento que tem política específica relacionada a educação escolar indígena.

Essa nova concepção de educação profissional ocorreu com a mudança no cenário político ideológico nacional a partir de 2002 com o início do governo Lula. Assim o Decreto Federal nº 5154 de 2004 (BRASIL, 2004) vai estabelecer o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e posteriormente foi incorporado à Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) através da Lei 11.741/2008. A proposta do Decreto 5.154/2004 era de tal forma que o horizonte do Ensino Médio é a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino (Frigoto et al, 2005). Para as populações do campo, esses cursos tem a perspectiva da formação humana, não se limitando às necessidades do mercado e no desenvolvimento rural sustentável. A proposta dessa educação profissional no campo, com a oferta de cursos técnicos, é a de oferecer aos jovens que vivem no campo uma qualificação que lhe possa garantir qualidade de vida e de sua comunidade. As naturezas desses cursos estão centradas na integração curricular da chamada base nacional comum (ensino regular) com a base profissional (ensino técnico). Nas Comunidades indígenas, está fundamentada nos princípios da escola intercultural que visa oportunizar ao aluno indígena e suas comunidades acesso aos conhecimentos técnicos e científicos, de forma que, a formação contribua na efetivação de ações de gestão territorial, na produção e manejo de alimentos, na sustentabilidade econômica, ambiental e social de suas terras. Em 2017, eram

ofertados os Cursos Técnicos de Agroecologia e Meio Ambiente nas escolas do Campo e de educação escolar Indígena da rede estadual. Nas escolas do Campo, a oferta ocorria em 10 escolas com 488 matrículas. Nas escolas indígenas eram 10 escolas com 350 alunos matriculados, com atendimento das seguintes etnias: Arara, Cinta Larga, Xavante, Rikbatsa, Mebengokre, Terena, Equipem, Juruna, Mundurucu, Camaiurá, Aura, Kiko, Kyzy (MATO GROSSO, 2017). Assim o objetivo desse trabalho foi de identificar o significado dos Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, como forma de garantir a re (construção) da identidade do lugar, diante do avanço da modernização agrícola, entre os povos do campo e indígena. O estudo observou desde a implantação e implementação dos Cursos Técnicos de EMIEP até a atualidade, a transformação e reafirmação do sentido de lugar, advindos da compreensão da proposta deste formato de ensino médio.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada foi a de pesquisa social, mirando na abordagem dos aspectos subjetivos, com a finalidade de compreender o significado da implantação de um curso profissionalizante para essas comunidades. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, levantamentos de dados junto as instituições envolvidas na implementação destes cursos técnicos. Também se utilizou relatórios e documentos do assessoramento técnico pedagógico realizado nas escolas envolvidas.

Em seguida optou-se pela técnica de pesquisa de observação direta, através de entrevistas semi estruturada ou não estruturada. A entrevista é “uma técnica muito utilizada nas áreas das Ciências Humanas e Sociais na busca de informações (tanto subjetivas como

objetivas), diretamente com os atores sociais com sujeitos-objetos da pesquisa” (PRETI, 2014, p.123). Desse modo, essa técnica é a que mais se aproxima dos objetivos propostos na pesquisa. Também pelo fato de ser semi estruturada permite a flexibilização e ampla liberdade para o entrevistado expressar-se. Outro elemento fundamental nessa técnica é a observação, pois está presente desde a formulação do problema, na análise dos dados, mas sobretudo na fase de coleta. Na investigação social a observação é o ponto de partida, sendo privilegiada nos trabalhos antropológicos e etnográficos, assim:

Observar não é o sinônimo de “olhar”. É destacar algo especificamente de um conjunto (de pessoas, animais, objetos). Observar um fenômeno [...] significa que determinado fenômeno (simples ou complexo), está sendo abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estruturado em seus atos, atividades, significações, relações. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismo, de relações (TRIVIÑOS, 1987, p.153).

Entretanto, observação apresenta vantagens e limitações ao que se pretende investigar. Ela permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas, depende menos da introspecção ou da reflexão e mostra a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevista elaborado. Por outro lado, o entrevistado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no entrevistador, fatores imprevistos podem interferir na tarefa do pesquisador e vários aspectos da vida cotidiana, particular, podem não ser acessíveis ao pesquisador (PRETI, 2014).

Assim, seguindo a técnica de entrevistas foram elaborados questionários direcionados aos alunos, professores e gestores do Curso Técnico de Agroecologia. As questões estavam baseadas na percepção dos envolvidos e a na importância deste curso para a comunidade. Estas entrevistas ocorreram no período de 2015 a 2016. Nesta etapa da pesquisa, os questionários somente foram enviados às escolas de Educação do Campo.

Também foram utilizados relatórios e documentos resultantes das ações de assessoramento técnico pedagógicos junto as escolas de Educação do Campo e de Educação Escolar Indígena. Essa atividade é uma rotina da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), que assim busca acompanhar o desenvolvimento e implementação dos Cursos Técnicos de EMIEP nas escolas atendidas. O atendimento ocorre com a visita in loco dos técnicos da Gerência de Educação do Campo ou da Coordenadoria de Educação Escolar

Indígena da Seduc-MT. Na realidade de Mato Grosso, a maioria destas escolas estão localizadas em áreas isoladas ou distantes de centros urbanos. Mesmo diante desse quadro, de dificuldade de locomoção ou acesso, todas as escolas com oferta de Curso Técnico receberam o assessoramento técnico pedagógico.

Os números de matrículas e sua evolução foram obtidos junto ao sistema Sigeduca da Seduc-MT com dados referentes a número de alunos e turmas dos Cursos Técnicos de EMIEP (2017)

Caracterização da área de estudo

O Estado de Mato Grosso encontra-se na região Centro-Oeste do Brasil, centro do continente Sul-americano (Figura 1). É o terceiro maior estado em área da federação brasileira com uma área de 906.807 Km² (Higa, 2005). Tem como limites os estados do Amazonas e Pará (Norte); Tocantins e Goiás (Leste); Mato Grosso do Sul (Sul) e Rondônia e Bolívia (Oeste). A sua população estimada é de 3.344.544 habitantes (IBGE, 2017). A sua capital Cuiabá está localizada no Centro-Sul do estado e tem uma população de 590.118 habitantes (IBGE, 2017).

A extensão territorial de Mato Grosso, localizado na porção central da América do Sul, entre as latitudes de 8° a 19 LS e de 51° a 62 LW, lhe impõe certas características específicas dos Climas Continentais das latitudes intertropicais da América do Sul. Uma das principais propriedades climatológicas desta realidade, é estar justamente situado numa área de transição entre os Climas Tropicais Continentais, composto com Cerrado, e os Climas Equatoriais Continentais integrados com a Floresta Amazônica (Tarifa&Sette,2000)

Nos limites territoriais de Mato Grosso estão contidos três grandes domínios biogeográficos, os Cerrados, a Floresta e o Pantanal, os quais se encontram inseridos na região de clima tropical e equatorial, apresentando diversidade de paisagens decorrentes das variações climáticas ao longo do ano em função da atuação dos diversos sistemas atmosféricos e das interações entre superfície e atmosfera (Schwenk, 2005).

Pela classificação de Ross (1996), o relevo de Mato Grosso apresenta três tipos de unidades geomorfológicas: os planaltos, a depressão e as planícies, que foram identificadas em cinco grandes categorias e compartimentadas em subunidades. Essas unidades estão divididas da seguinte forma: Planaltos (em bacias sedimentares, em intrusões e coberturas residuais de

plataforma, em cinturões orogênicos), Depressões (em periféricas e marginais) e Planícies (em planícies e pantanais).

A hidrografia mato-grossense tem como características gerais a presença de uma densa e importante rede fluvial com rios que pertencem a três das maiores bacias hidrográficas brasileiras: bacia Amazônica, bacia Platina e bacia do Tocantins. Apresenta rio de planalto, com cachoeiras e corredeiras que se tornam mais numerosas à medida que se dirigem para o norte, onde as rochas do embasamento cristalino são mais expostas. Possui lagoas de erosão pluvial e de barragem fluvial, notadamente no Pantanal (Maitelli, 2005)

Figura 1 – Localização de Mato Grosso



Fonte: IBGE, 2000 apud Higa (2005)

Processo de Colonização de Mato Grosso a partir da década de 1970

A paisagem natural em Mato Grosso vem passando por um processo de transformação, impulsionado pela implantação de projetos colonizadores, especialmente a partir de 1970. Tais

projetos foram incentivados por políticas governamentais de ocupação desse território. A proposta era incorporar vastas áreas tidas como desocupadas e populações marginalizadas no processo de desenvolvimento do país. Os motivos dessa proposta estavam vinculados a de ordem externa conjugados a fatores internos, como a diversificação do parque industrial o forte crescimento urbano verificado no país nas décadas de 1950 e 1960, passaram a impor novas formas de inserção da agricultura no circuito do capitalismo industrial. A construção de Brasília, em 1960, e o início da implantação de rodovias de integração (Belém-Brasília e Brasília-Acre) representaram um avanço no processo de integração do Centro-Oeste e da Amazônia à economia nacional. As estratégias para a implementação dessa política foram traçadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND – 1972/74 e II PND – 1975/89) dos governos militares. Basearam-se principalmente na expansão da fronteira econômica nacional o Planalto Central e vales úmidos do Nordeste e Amazônia, para ampliar o mercado interno com a incorporação de novas áreas e, ao mesmo tempo, aproveitar a mão-de-obra abundante. Nesse período foram criados o Programa Nacional de Integração Nacional (PIN), o Proterra e o Prodoeste, como estratégia de inserir Mato Grosso nessa política de integração nacional. Também na programação do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia, no período de 1975-1979, foram criados também programas setoriais ou regionais geridos por instituições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal. Em Mato Grosso nesse segmento, foram criados os programas Poloamazônia, Polo Centro e Propano, que causaram impactos econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para a reordenação do espaço territorial do Estado. A criação desses projetos associados a agropecuária, impulsionou o surgimento de vários municípios atrelados a essa produção econômica. (MORENO, 2004). Em 1980, o censo registrou um recorde de crescimento da população de Mato Grosso, aumentando 85,79% em relação a 1970, totalizando 1.138.691 habitantes. Os fatores que contribuíram para esse significativo aumento da população e estimularam um grande fluxo migratório de todas as regiões do Brasil para Mato Grosso, destacam-se:

- A construção das rodovias federais: BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-070, (Cuiabá-Brasília) e BR-364 (Cuiabá – Porto Velho);
- Os projetos de colonização, de iniciativa privada e pública;
- O baixo preço da terra agricultável;

- Os programas federais de incentivos fiscais e de desenvolvimento regional

A consequência dos incentivos fiscais na Amazônia Legal, foi a degradação ambiental provocada pelos desmatamentos para a implantação dos projetos agropecuários, além de um eficiente mecanismo de corrupção, concentração de renda e de terra.

O EMIEP e sua implantação em Mato Grosso

A Lei 9394, conhecida como LDB de 1996, colocou que a essência da educação profissional está em sua especificidade que, ao mesmo tempo, deve estar articulada com a educação básica, a educação profissional de nível técnico deve, portanto, articular-se com o ensino médio (Regattieri&Castro,2009). Em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, através do decreto federal nº 2.208 vai ocorrer a separação entre a educação profissional técnica e o ensino médio. Com a mudança no cenário político ideológico nacional a partir de 2002 no governo Lula, vão ocorrer novamente alterações na educação profissional do nível médio. Assim o Decreto Nº 5.154 de 2004 revogar o anterior e vai estabelecer novo formato para a educação profissional no nível técnico. Esse ocorrerá através da articulação da base profissional com o ensino médio através das seguintes formas: integrada, concomitante, subsequente e contínua. A forma integrada atende o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e posteriormente foi incorporado na LDB através da Lei 11.741/2008. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional trata-se de um curso único, de matrícula única, realizado de forma integrada e interdependente, não sendo possível concluir o Ensino Médio de forma independente do ensino técnico de nível médio e, muito menos, o técnico sem o ensino médio. Nesse sentido, cabe observar que:

[...]o desenvolvimento da articulação na forma integrada exige uma nova e atual concepção, não podendo e nem devendo significar uma volta simplista à forma da revogada Lei 5.692/1971, que coloca componentes da educação profissional no lugar de componentes do ensino médio, empobrecendo o então segundo grau. Significa, sim, manter a garantia ao ensino médio sua missão, com carga horária mínima de educação geral que propicie o cumprimento dos objetivos de uma etapa final e de consolidação da educação básica, que inclui 'a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando', e os conhecimentos que possibilitem 'o prosseguimento de estudos', tanto no nível da educação superior quanto na educação profissional que, desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, conduz o cidadão a um habilitação profissional em um mundo do trabalho e sociedade em constante mutação. (Cordão&Aur, 2005 apud Regattieri&Castro,2009, p.28)

A proposta do Decreto 5.154/2004 era de tal forma que o horizonte do Ensino Médio é a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino (Frigoto et al, 2005). A politecnicidade é entendida como o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna (Barreto&Menocin, 2007). Assim esse “ideário da politécnica buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade [...], esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas” (Frigoto et al, 2005, p.37)

Para Ramos (2004), a possibilidade de construção de um novo projeto de ensino médio no sentido da formação omnilateral exigia superar sua histórica vinculação –mediada ou imediata – com o mercado de trabalho e tornar os sujeitos educandos o centro das finalidades dessa etapa da educação básica.

Nessa proposta espera-se que o aluno obtenha formação humana, consciência crítica e uma profissão. Desenvolva o senso de autonomia e esteja preparado para avanços nos estudos. Dessa forma ajude no preparo para a Vida e o Trabalho. Vida em seu sentido pleno, e trabalho como princípio educativo, não no mercadológico. Assim conforme Frigoto (1989) apud Ramos (2004), assumir o trabalho como princípio educativo na perspectiva do trabalho implica:

Superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho, implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestações de vida e, portanto, educativo (Frigoto, 1989, p.8).

Na Educação do Campo e na Educação Escolar Indígena, o projeto do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional vai encontrar um terreno fértil para seu desenvolvimento, pois nela estão especificidades que garante isso, através da contínua vinculação da teoria com a prática. A partir disso ocorre o constante diálogo entre as áreas do conhecimento, um dos princípios e concepção do EMIEP.

Em Mato Grosso, as discussões sobre o EMIEP começaram logo após a publicação do Decreto 5154/2004, que envolveram a Secretaria de Estado de Educação –Seduc, e a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia –Secitec, que resultaram numa parceria para essa implantação. Em janeiro de 2007, foi oficializada a Gerência de Educação do Campo do Estado de Mato Grosso, vinculada à Secretaria de Estado de Educação. Essa gerência vai contribuir sobremaneira para esse processo de implantação de educação profissional, agora pela perspectiva de uma escola do campo. Nesse mesmo ano se iniciaram os Cursos Técnicos em cinco escolas estaduais, dentre elas estava a Escola Estadual de Campo Ouro Verde, do Município de Alta Floresta com o curso de Administração Rural.

Em 2008, foi editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 6.302, o Programa Brasil Profissionalizado que promovia o financiamento e a assistência técnica, no sentido de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica de nível médio nas redes públicas estaduais. Também, ao fortalecimento da educação científica e humanística por meio da articulação entre a formação geral e a educação profissional, no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. Nesse mesmo ano, a Seduc fez convênio com o Ministério da Educação/FNDE visando à implantação do Programa no Estado de Mato Grosso. Assim esse convênio vai permitir uma gradativa expansão dos cursos técnicos na rede estadual como veremos adiante. A partir desse momento, a Gerência de Ensino Médio Integrado-Seduc conjuntamente com Gerência de Educação do Campo vai começar a implantação dos cursos técnicos em outras escolas de diferentes municípios. Como observado anteriormente, o primeiro curso profissionalizante foi o de Administração Rural, depois incluíram-se os de Administração, Agroecologia e de Meio Ambiente. A oferta desses cursos naquele momento estava relacionada à capacidade de apoio do Programa Brasil Profissionalizado, já que esses cursos técnicos, previam apenas a constituição de um acervo bibliográfico atualizado e de poucos laboratórios específico para experimentos. A escolha das escolas para oferta dos cursos, como já verificado anteriormente estava relacionada à dinâmica da economia local, a estrutura física já existente e a demanda de alunos. Já a escolha do curso era de decisão da comunidade local, respeitando aos arranjos produtivos e vocações locais e regionais.

Em 2017, eram ofertados os Cursos Técnicos de Agroecologia e Meio Ambiente nas escolas do Campo. Essa oferta ocorria em 10 escolas com a matrícula de 480 alunos (Mato Grosso, 2017). Destacava-se também entre essas unidades escolares, a Escola Estadual Terra

Nova no município de Terra Nova do Norte e Escola Estadual Jaraguá no município de Água Boa com oferta do Curso de Agroecologia no formato de Pedagogia da Alternância. Nessa proposta, o desenvolvimento das alunos ocorre aproveitando-se o tempo escolar e o tempo comunidade com a alternância.

Os cursos de Ensino Médio Integrado a Educação profissional- EMIEP, oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer de Mato Grosso, para comunidades indígenas, foram pensados a partir de demandas das comunidades, discutidas com as mesmas e implantados em 2012. Os cursos Técnico em Agroecologia, em pauta, foi planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio e dentre seus objetivos possibilitar os alunos a pensar e discutir a sustentabilidade econômica, social e ambiental em suas terras. A oferta do EMIEP nas escolas de educação indígena tem como fundamento a preparação do indivíduo para a atuar em sua comunidade na sustentabilidade econômica, ambiental e social e não a preparação para a competição no mundo do trabalho. Em 2017 eram atendidos 350 alunos oriundo de várias etnias indígenas distribuídos em todo o território Matogrossense (Mato Grosso, 2017)

A Reconstrução da Identidade do Lugar com a implantação dos Cursos Técnicos de EMIEP

Observou-se com os resultados a importância desses cursos profissionalizantes, para as duas diferentes comunidades com uma forma de se garantir a permanência dos jovens do campo e indígenas nas regiões de origem. Estabeleceram-se novas perspectivas profissionais para esses jovens, construídas a partir da realidade local e no sentido de transformá-la positivamente. Também contribuiu como forma de resistência e enfrentamento a imposição de modelos econômicos que não levam em consideração a tradição e a identidade do lugar.

A reconstrução da identidade do lugar está intrinsicamente relacionada com o movimento existente dentro do processo da forma como se deu a construção da oferta dos curso de EMIEP nas escolas localizada no campo onde o trabalho acontece como o princípio educativo para os jovens estudantes, as legislações brasileira buscam desde da aprovação da LDB nº 9394/1996 trazer o trabalho como princípio de acordo com Gramsci(1981) propõe uma escola unitária tratando a instrução e o trabalho com único na formação do ser humano em sua formação plena sendo esta capaz de produzir e gestar a sua ação, para isso este sujeito deveria

ter o conhecimento tanto das leis da natureza como das relações humanas que regulariza a vida na sociedade.

Boff (2014) nos aponta que o pensar agroecológico contribui para a reorganização da compressão humana em suas interações com o conjunto dos seres, condições naturais e possibilidade sociais e econômicas para as convivências no contexto amazônico. A partir desta reflexão as 10 unidades escolares localizadas no Campo em Mato Grosso e após consulta junto à comunidade local, optaram pelo curso de agroecologia. Sempre buscando trabalhar na perspectiva da agroecologia social.

Em seus diversos territórios as escolas se organizaram de maneira a atender os princípios propostos pelo ensino médio. Podemos perceber isso no exemplo da Escola Estadual Terra Nova do município de Terra Nova do Norte. Esta escola trouxe em sua organização os instrumentos da pedagogia da alternância com os cadernos de vivência, a instituições de tempos comunidades onde todos os conteúdos científicos são trabalhados junto à comunidade local, garantindo desta forma que o que se aprende seja atestado junto as famílias.

A exemplo do que acontece com as Casa de Família no estado do Espírito Santo, o município de Terra Nova do Norte criou a associação dos pais, para contribuir com a gestão da escola, e a produção e comercialização realizada junto a escola é realizada na cooperativa do município Coopernova.

Nas escolas do Campo e Indígena, os Trabalho de Conclusão de Curso são voltados para pesquisa de caráter científica, onde o aluno busca resolução de problemas de maneira agroecológica, de forma a beneficiar a comunidade local. Nesse caminho, algumas escolas organizam seminários envolvendo toda a comunidade com objetivo de apresentar este trabalho com as pesquisas voltadas para as questões locais. Um fator relevante nesta ação é a desenvoltura dos alunos para apresentar essa pesquisa.

Em ações agroecológicas podemos citar a produção de biofertilizantes e caldas orgânicas como objetivos de apresentar formas alternativas de controlar a infestação de insetos bem como doenças provenientes de fungos, bactérias e vírus desenvolvidos pelos estudantes. Assim com a criação de Unidades de produção Agroecológicas, laboratórios de aulas práticas diárias que são desenvolvidas nas residências dos estudantes com o objetivo de incluir a família na aplicação dos conhecimentos científicos aprendidos.

Segundo Souza (2009) exemplos supracitados demonstra que a resistência se estabelece pelo conjunto de relações sociais (experiências), práticas socioespaciais e suas acepções sobre o trabalho e o valor da terra que não no sentido do privado, e sim como um modo de vida.

Considerações Finais

Nossas considerações têm como base aspectos sociais, econômicos e a construção de conhecimento na perspectiva crítica. Neste sentido pode se dizer que os alunos do campo e indígenas, a partir das formações nos cursos técnico de EMIEP demonstram maior grau de consciência sobre o espaço que eles ocupam, sobre aspectos sócio econômico as relações de produção que se estabelece como: a comercialização a agregação de valores de um mundo globalizado.

Outro aspecto a ser destacado refere-se a questão identitária onde os alunos se reconhecem como indivíduo camponês ou indígena, refletindo sobre valores tradicionais e saberes do cotidiano com ações e interações em escala local e global

Muitas vezes essas reconstruções se traduzem em uma reformulação de técnicas e de valores numa perspectiva contemporânea.

Observou-se a importância desses cursos profissionalizantes como forma de garantir a permanência desses jovens nas regiões de origem, novas perspectivas profissionais e resistência a imposição de modelos econômicos que não levam em consideração a tradição e a identidade do lugar.

Embora saibamos que a construção dos processos de identidade tenha aspectos dinâmicos e diferenciados entre os povos do campo e indígena, permite-nos compreender as transformações advindas com essa formação integrada. Percebe-se essa mudança especialmente nos aspectos culturais produtivos.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Taniamá Vieira da Silva. MENOCIN, Milton. *Educação do Campo no Programa Brasil Profissionalizado*. Texto apresentado no Seminário de implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Cuiabá: 2007.

BOFF, Leonir Amantino *Educação do Campo no Portal da Amazônia: Entrelaçamento Ético-Político-Estético*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Seção Arquivos. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154.Pdf>> Acesso em 09 mai. 2017.

FRIGOTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: RAMOS, Marise Nogueira. FRIGOTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (Org.). *Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Banco de Dados*. [online]. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mt/panorama>> Acesso em 05 de set.2017.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Sistema de Gestão Educacional*. Cuiabá: 2017.

MAITELLI, Gilda Tomasini. *A hidrografia no contexto regional*. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 272-274.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 9.

_____. *Políticas e estratégias de ocupação*. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 34-51.

PRETI, Oreste. *Fundamentos de Pesquisa Científica na Educação do Campo/Oreste Preti*. Fascículo 4. Cuiabá: UFMT, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. *O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (org.). Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC.SEMTEC,2004.

ROSS, Jurandir Sanches. *Geografia do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1996.

SCHWENK, Lunalva Moura. *Domínios Biogeográficos*. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 250-251.

SETTE, D. M.; TARIFA, J. R. *O holorritmo e a gênese dos climas no Mato Grosso– Brasil*, In: Simpósio brasileiro de climatologia geográfica, v. 4, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 10-11, p. 99-130, dec. 2009. ISSN 1808-1150. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155>>. Acesso em: 25 sep. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i10-11p99-13>

REGATTIERI, Marilza. CASTRO, Jane Margareth (Org.). *Ensino Médio e Educação Profissional: Desafios da integração*. Brasília: UNESCO, 2009. 270 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.